

# Senado dribla Constituição e vota projetos

**Marluza Mattos**  
De Brasília

NELSON PEREZ/VALOR



**David Zylbersztajn: recondução à ANP foi aprovada pelo Senado, apesar de as votações na Casa estarem obstruídas**

As votações no plenário da Câmara dos Deputados estão suspensas há pelo menos cinco semanas, desde o dia 10 de outubro. O Senado, nesse período, não parou. Com o aval dos senadores, David Zylbersztajn foi reconduzido à Agência Nacional do Petróleo e Renato Guerreiro permanece na Agência Nacional das Telecomunicações. Os senadores também aprovaram a antecipação de créditos de royalties pela exploração de petróleo, gás natural e recursos hídricos. No entanto, qualquer uma das decisões dos senadores, tomadas nesse período, pode ser anulada pela Justiça. Afinal, o mesmo dispositivo constitucional que travou as votações na Câmara, deveria ter suspenso os trabalhos no plenário do Senado desde o dia 30 de setembro.

- O segredo dos senadores é simples: um acordo tácito foi feito para driblar a Constituição. Ninguém deve contestar os resultados dessas votações. Lideranças da Câmara sugeriram ao presidente da Casa, deputado Michel Temer (PMDB-SP), adotar o mesmo expediente do Senado para evitar a paralisação no plenário. Temer rejeitou a proposta. "Venho da área jurídica e a ela voltarei. Não posso comprometer minha biografia com um desrespeito à Constituição", disse o deputado aos líderes. Ele ainda lembrou que as leis aprovadas com base neste acordo inconstitucional são passíveis de se tornarem nulas por decisão judicial. "A nulidade é possível e agravaria ainda mais a insegurança jurídica no país". O mecanismo utilizado para esse tipo de contestação é a ação direta de inconstitucionalidade, que deve ser apresentada no Supremo Tribunal Federal.

Enquanto o projeto que autoriza a União, os Estados e os municípios a criarem fundos de pensão complementar para os servidores públicos está trancando a pauta da Câmara, o projeto que cria restrições para a propaganda do cigarro deveria, igualmente, ter paralisado as votações no Senado. Isso porque as duas propostas, de autoria do Executivo, chegaram ao Congresso com um dispositivo especial: urgência constitucional. O artigo 64 da Constituição Federal garante aos projetos que têm urgência prioridade na votação. Caso essas propostas não tenham sido apreciadas em 45 dias, contados a partir da data em que chegaram ao Legislativo, nenhum outro projeto pode ser apreciado no plenário.

O projeto do fumo chegou ao Senado no dia 16 de agosto e, portanto, deveria ser votado até o final de setembro. Tacitamente, as lideranças da Casa decidiram iniciar a contagem do prazo da urgência constitucional depois das eleições municipais. A partir dessa nova interpretação do dispositivo constitucional, o prazo ainda não venceu. A expectativa é de que a proibição da propaganda do fumo seja submetida ao plenário apenas no dia 22 de novembro.

A situação do Senado tem criado desconforto entre os deputados. Na terça-feira, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), foi obrigado a declarar à imprensa que, caso o governo não volte atrás e retire o caráter

de urgência do projeto da previdência, ele levará a proposta ao plenário sem acordo. Nesse caso, as chances de o projeto do governo ser aprovado são mínimas. "Se a previdência complementar chegar ao plenário sem consenso, vamos nos defender obstruindo a votação", ameaçou o líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio (PSDB-AM).

A reação do PSDB não foi suficiente para o presidente da Câmara mudar seus planos. Ele está decidido a retomar a pauta de votações. "Se quiserem obstruir, é um direito deles. Vamos ver se agüentam duas semanas", avisou Temer.

A decisão do deputado pemedebista, de colocar o projeto em votação, foi tomada numa reu-

não do colégio do líderes, onde prevaleceu a idéia de que é preciso destravar a pauta para votar dois projetos, capazes de fazer avançar a proposta de aumento do salário mínimo. O primeiro facilita a quebra de sigilo bancário para que a Receita Federal identifique sonegadores. O outro reduz as brechas na lei usadas por empresas para reduzir o pagamento de impostos.

Até o líder do PSDB e candidato do partido à sucessão de Temer na presidência da Câmara, Aécio Neves (MG), reconhece que a aprovação dessas duas propostas resultaria num aumento da arrecadação suficiente para garantir o aumento do mínimo. O líder do PFL na Casa, deputado Inocêncio Oliveira (PE), acredita que com essas duas medidas será possível elevar o salário mínimo a US\$ 100. O vice-líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PR), no entanto, avisa que essas duas propostas foram apresentadas ao colégio de líderes com o aval do ministro da Fazenda Pedro Malan. "Não há nada, no entanto, que confirme que o valor do mínimo ficará em US\$ 100", avisou Barros.

Além do projeto da previdência, têm caráter de urgência constitucional um projeto que consolida as leis trabalhistas, outro que passa para os Estados a competência de desapropriar terras para a reforma agrária e um terceiro que cria a Agência Nacional de Transportes. Apenas o primeiro é objeto de acordo entre os líderes dos partidos da Câmara. Em função desse dispositivo constitucional, aguardam votação, sem previsão de data para serem levados ao plenário, a nova Lei das Sociedades Anônimas e a proposta de emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias pelo governo federal. (Colaborou Ricardo Amaral)